

## ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia vinte e sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e treze minutos, foi realizada uma reunião ordinária, em formato híbrido — de forma online, por meio do link disponibilizado no grupo do CODEMA, na plataforma Google Meet, e presencialmente nas dependências da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. A seguir, estão listados os membros do CODEMA que participaram da presente reunião: Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e presidente do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Marcelo Gomes de Lima, representando o DEMSUR; Sr. Vander Bruni da Silva, representando CRBIO; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sra. Taynara Kerolayne Santos Elizeu, representando a FASM; Sra. Arielle Canedo Campos, representando a ONG IRACAMBI; Sra. Walkyria Edna Fabiano Mansôr, representando a Secretaria de Agricultura; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Juliana Sena Calixto representando o IF Sudeste; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sra. Roberta Souza Cruz Bastos, representando a UNIFAMINAS e; Sra. Milce Aparecida Navas Loreti, representando a COOPAF. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, que iniciou os trabalhos cumprimentando os membros presentes e esclarecendo que a adoção do formato híbrido se deveu à brevidade da pauta. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Sr. Douglas Barbosa Castro, o qual informou que seriam analisados dez processos de solicitação de corte de árvores e dois recursos. Ressaltou, ainda, que os pareceres referentes aos itens em pauta haviam sido previamente encaminhados ao grupo para análise. O Sr. Douglas Barbosa Castro questionou aos membros se havia algum apontamento ou dúvida quanto aos processos enviados. Manifestou-se o Sr. Lucas Dutra de Melo, destacando o item 5, correlacionando-o com o item 8, por se tratar de demandas semelhantes, embora um tenha sido deferido e o outro não. Em resposta, o Sr. Douglas Barbosa Castro esclareceu que o item 8 fora deferido em razão da existência de cerca elétrica, fator determinante para a decisão. Na sequência, a Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi e o Sr. Lucas Dutra de Melo correlacionaram também com o item 12, apontando motivo semelhante, visto que inicialmente não havia projeto anexado, o qual foi incluído posteriormente. O Sr. Lucas Dutra de Melo sugeriu o deferimento do item em questão, ressaltando a necessidade de compensação ambiental mais robusta, considerando o porte do empreendimento. Foi então proposta a compensação por meio da entrega de dois caminhões de pedra brita, bem como a arborização do local conforme o projeto apresentado. A Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi sugeriu, ainda, que os processos fossem alinhados entre si, de modo a uniformizar a avaliação quanto às garagens, especialmente no que se refere à existência ou não de projeto e à inexistência de alternativa locacional. Após os debates, iniciou-se os processos: o item 1 referente ao processo nº 041795/2025, solicita o corte de um *Elaeis guineensis* (palmeira Dendê). A espécie é exótica e inadequada para arborização urbana, especialmente em calçadas estreitas, devido ao porte elevado, ao peso das folhas e à dificuldade de manejo. A palmeira localizada em frente ao imóvel do requerente apresenta maior interferência direta na circulação e maior risco associado. A segunda palmeira, embora também inadequada, está em frente a outro imóvel cujo morador não manifestou interesse pela remoção no momento. Diante das condições observadas, especialmente o risco à segurança viária e a inadequação da espécie ao ambiente urbanizado, a supressão da palmeira solicitada é tecnicamente justificável. A câmara técnica foi favorável ao deferimento do pedido, condicionado ao requerente efetuar o plantio compensatório de 02 (duas) mudas de espécies adequadas ao ambiente urbano, conforme proporção de 2 para 1 para espécies exóticas, ou depósito de 5 UPFM no Fundo de Defesa do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 2 refere-se ao processo nº 042054/2025 que solicita o corte de um *Ficus* sp. A espécie é exótica, de grande porte e com sistema radicular agressivo, sendo considerada inadequada para áreas urbanas, especialmente em calçadas e proximidades de edificações e redes de infraestrutura. Apesar da inadequação da espécie, o exemplar em questão não apresentar conflitos evidentes com estruturas urbanísticas, e a autorização para supressão somente pode

49 ser concedida quando o solicitante se encontra regular junto ao município, condição necessária para  
50 emissão da autorização ambiental. No presente caso, o requerente possui pendência administrativa  
51 junto ao órgão ambiental, o que impede o prosseguimento do processo até sua regularização. A câmara  
52 técnica foi favorável ao indeferimento do pedido. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do  
53 parecer da câmara técnica. O item 3 refere-se ao processo nº 042164/2025 que solicita o corte de um  
54 *Anadenanthera macrocarpa* (Angico vermelho) e duas *Dalbergia miscolobium* (Caviúna). As árvores  
55 encontram-se posicionadas no limite entre dois terrenos, em área onde já foi iniciada movimentação de  
56 solo. Observou-se exposição de raízes e proximidade das árvores com a crista do talude, fatores que  
57 podem reduzir a estabilidade do talude e aumentar o risco de tombamento. Observou-se que os três  
58 indivíduos apresentam condição estrutural semelhante e localizados em área que agrava os riscos.  
59 Embora o pedido inicial faça referência apenas à árvore situada na divisa dos lotes, tecnicamente  
60 constatou-se que os demais exemplares, pelas características de porte, proximidade e exposição  
61 radicular, também podem representar potencial risco, especialmente em situações de chuva intensa ou  
62 nova movimentação de solo. Dessa forma, entende-se que há justificativa técnica para a supressão de  
63 até três árvores, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis. A Câmara Técnica manifesta-se  
64 favorável à supressão da árvore localizada na divisa dos terrenos, conforme solicitado; ou das três  
65 árvores identificadas na vistoria, caso o requerente opte pela supressão integral, mediante apresentação  
66 de anuência formal do proprietário do terreno vizinho, uma vez que os indivíduos se encontram entre  
67 os dois lotes. Em ambos os cenários, a autorização fica condicionada ao cumprimento das medidas  
68 compensatórias descritas neste parecer. Considerando que as três espécies são nativas, recomenda-se  
69 compensação ambiental consistente no plantio de 5 (cinco) mudas para cada indivíduo suprimido,  
70 totalizando: 05 mudas — caso seja suprimida apenas 01 árvore; 15 mudas — caso sejam suprimidas as  
71 03 árvores. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 4  
72 refere-se ao processo nº 042557/2025 que solicita o corte de dois *Tecoma sp* (Ipê-amarelo) e um *Cassia*  
73 *grandis* (Cassia rosa ou Acácia rosa). Constatou-se que o exemplar da Acácia rosa se encontra em  
74 conflito com a rede elétrica, porém apresenta boas condições estruturais e fitossanitárias, sendo  
75 plenamente possível solucionar o conflito por meio de poda de condução direcionada apenas aos galhos  
76 que atingem a fiação, sem necessidade de supressão. Os dois ipês identificados encontram-se em porte  
77 pequeno, sendo indivíduos jovens, bem estabelecidos e adequados ao espaço da calçada. Por serem  
78 espécies de pequeno porte e de interesse para arborização urbana, não apresentam risco atual,  
79 tampouco interferem em estruturas públicas ou privadas. Não foram observados danos estruturais,  
80 risco iminente, instabilidade ou outros fatores que justifiquem a retirada dos indivíduos arbóreos. A  
81 câmara técnica foi favorável ao indeferimento do pedido. O Sr. Douglas Barbosa Castro destacou este  
82 item, considerando que a requerente do processo se encontrava presente na reunião e apresentou novas  
83 justificativas. A requerente informou que não havia trazido o projeto anteriormente, porém  
84 comprometeu-se a apresentá-lo. Explicou, ainda, possuir deficiência, ressaltando que a calçada em  
85 questão é muito estreita, impossibilitando sua passagem. A Sra. Thais de Andrade Batista Pereira  
86 Fittipaldi solicitou que a requerente apresentasse o projeto atualizado, bem como uma nova justificativa  
87 contemplando a questão da acessibilidade, por meio da elaboração de novo recurso. Todos os membros  
88 manifestaram concordância quanto ao encaminhamento proposto. A requerente informou, por fim, que  
89 pretende realizar o corte apenas da espécie Acácia-rosa. O item 5 refere-se ao processo nº 042595/2025  
90 que solicita o corte de um *Licania tomentosa* (Oiti). Em vistoria realizada no local, os técnicos da  
91 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade verificaram a presença de um exemplar de  
92 *Licania tomentosa* (oiti) localizado na calçada em frente ao imóvel. Constatou-se que a disposição das  
93 árvores ao longo da via não permite espaço suficiente para a manobra e entrada segura de veículo no  
94 recuo frontal utilizado como garagem pela requerente. A análise demonstrou que a simples poda de copa  
95 ou ramos não é capaz de resolver o problema, uma vez que o impedimento é estrutural e se deve à  
96 posição das árvores em relação ao alinhamento do imóvel. Considerou-se, portanto, que a única solução  
97 viável é a remoção da árvore situada à direita do imóvel (em observação frontal), permitindo o acesso  
98 veicular sem comprometer a segurança e a mobilidade. O exemplar analisado apresenta condições  
99 fitossanitárias normais, não havendo risco iminente associado; entretanto, sua permanência  
100 impossibilita o uso adequado do imóvel e configura conflito irreversível com a finalidade urbana

pretendida. A Câmara Técnica é favorável ao deferimento do pedido de supressão do exemplar de *Licania tomentosa*, considerando que o posicionamento da árvore inviabiliza o acesso veicular e que não existe solução técnica alternativa por meio de poda. A autorização fica condicionada ao cumprimento das medidas compensatórias determinadas, condicionado ao requerente a realizar o plantio compensatório de 02 (duas) mudas de espécies adequadas ao ambiente urbano ou o depósito de 5 UPFM no Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Diante dos debates e questionamentos feitos no início da reunião, os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 6 refere-se ao processo nº 042763/2025 que solicita o corte de um *Licania tomentosa* (Oiti). Em vistoria realizada no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade verificaram a presença de um exemplar de *Licania tomentosa* (oiti) situado exatamente no alinhamento da obra de contenção (muro de arrimo) projetada pelo DEMSUR. A análise técnica confirmou que não existe alternativa locacional viável para o deslocamento da obra ou para a manutenção da árvore, uma vez que o muro deve obrigatoriamente ser construído no ponto crítico da via, onde há risco iminente de instabilidade do terreno. O exemplar, embora saudável, configura obstáculo direto à execução da intervenção de segurança e à continuidade operacional da elevatória. Diante disso, caracteriza-se o enquadramento da intervenção como utilidade pública, conforme a necessidade de preservação de serviço essencial e prevenção de danos estruturais à via. A Câmara Técnica é favorável ao deferimento do pedido de supressão do exemplar de *Licania tomentosa*, considerando que sua permanência inviabiliza a construção do muro de arrimo essencial para a segurança da via pública e para o funcionamento da elevatória de esgoto. Será exigido o plantio compensatório de 02 (duas) mudas de espécies nativas adequadas ao ambiente urbano, preferencialmente nas proximidades do local da intervenção. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 7 refere-se ao processo nº 042840/2025 que solicita o corte de um *Washingtonia sp.* (Palmeira leque). Constatou-se que a palmeira se encontra muito próxima à residência, inserida em terreno com características de elevada umidade, o que pode comprometer a estabilidade do sistema radicular, especialmente em períodos de chuvas intensas e ventos fortes. Embora não tenham sido identificados sinais evidentes de tombamento iminente, por se tratar em espécie exótica, em terreno particular, o porte elevado da espécie associado ao histórico de instabilidade em solos úmidos e à proximidade direta com a casa, configura risco potencial. Considera-se ainda a situação de vulnerabilidade social da solicitante, que reside com filho cadeirante, fator que reforça a necessidade de eliminar riscos adicionais no entorno imediato da habitação. Diante do exposto, a supressão do exemplar mostra-se tecnicamente recomendável para prevenção de acidentes e proteção da integridade das pessoas e do imóvel. A Câmara Técnica é favorável ao deferimento do pedido de supressão do exemplar de *Washingtonia sp.*, considerando o porte da árvore, as condições do terreno, a proximidade com a residência e o risco potencial identificado. Será exigido o plantio compensatório de 02 (duas) mudas de espécies adequadas ao ambiente urbano ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 8 refere-se ao processo nº 042950/2025 que solicita o corte de um *Licania tomentosa* (Oiti). A calçada não apresentava danos aparentes, no entanto, possivelmente foi reformada recentemente, o que dificulta avaliar o histórico de impactos das raízes no pavimento. Entretanto, observou-se a presença de raízes grossas aflorando próximo ao meio-fio, o que demonstra potencial de conflitos futuros caso não haja manutenção adequada. O solicitante relatou danos ao asfalto, porém tais danos aparentam decorrer da execução inadequada do pavimento, construído sem deixar área permeável ao redor do tronco, situação frequente em vias urbanas com arborização antiga. Assim, não foi possível atribuir exclusivamente à árvore a responsabilidade pelos defeitos observados no asfalto. Quanto ao conflito com a cerca elétrica, verificou-se que pode ser evitado por meio de podas periódicas, especialmente com o direcionamento da copa para o lado oposto ao imóvel, conforme prática usual de manejo. A espécie não apresenta risco estrutural aparente e, considerando seu papel na arborização urbana e o fato de que os aspectos observados podem ser corrigidos com manejo adequado, não se identificou justificativa técnica suficiente para a supressão. A Câmara Técnica foi favorável ao indeferimento do pedido, por não terem sido constatados danos significativos atribuídos à árvore que justifiquem sua remoção, sendo os conflitos observados passíveis de solução por meio de manutenção

adequada e podas periódicas. Este item foi debatido pelos membros no início da reunião e o Sr. Douglas destacou que o indeferimento foi por conta da cerca elétrica, que pode ser evitado por meio de podas periódicas. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 9 se refere ao processo nº 043347/2025 que solicita o corte de cinco *Licania tomentosa* (Oiti). Os indivíduos apresentam porte variando de médio a grande, compatível com a espécie. Considerando o projeto apresentado, que prevê a execução de uma garagem subterrânea, verificou-se que as áreas de escavação e implantação das estruturas de contenção abrangem os locais onde as árvores se encontram. Assim, embora não haja, no momento, prejuízo estrutural causado pelas raízes, sua permanência pode representar interferência na execução da obra e no desempenho futuro das estruturas, o que inviabiliza a preservação dos exemplares no local. Dessa forma, a supressão mostra-se tecnicamente justificável, desde que atendidas as condicionantes pertinentes. A Câmara Técnica é favorável ao deferimento da solicitação para supressão dos 05 (cinco) exemplares de Oiti, condicionada à apresentação da anuência do vizinho para a árvore situada na divisa e ao cumprimento integral das medidas compensatórias. Fica condicionado, de acordo com o Art. 30, a Compensação Ambiental por meio de plantio de mudas referente a solicitação de corte de árvores em área urbana, autorizadas pelo CODEMA, será calculada de acordo com a finalidade da supressão da vegetação de porte arbóreo, para: I - edificação residencial - 5 (cinco) mudas por pavimento da construção civil; (edificação residencial de 5 pavimentos que equivale a 25 mudas); plantio compensatório de 25 (vinte e cinco) mudas, equivalente a 05 mudas por pavimento da construção civil, preferencialmente de espécies nativas e de raízes pouco agressivas, adequadas ao ambiente urbano; apresentação da anuência formal do proprietário vizinho para o indivíduo localizado na divisa; parte das mudas deverão ser plantadas no entorno do empreendimento. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 10 se refere ao processo da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo, que solicita o corte de uma *Caesalpinia pluviosa* (Sibipiruna). Constatou-se que há afundamento significativo da calçada, bem como inclinação do muro de contenção das margens do rio, indicando necessidade urgente de obras de recuperação estrutural. Embora a árvore esteja situada na extremidade oposta da calçada, o projeto de intervenção da Secretaria de Obras prevê escavação profunda que avançará até a região próxima à base do exemplar, o que comprometeria diretamente sua estabilidade. Diante desse cenário, a manutenção da árvore no local representa risco potencial de tombamento futuro, além de inviabilizar tecnicamente a execução da obra necessária. Ressalta-se que a espécie apresenta sistema radicular robusto, que dificultaria escavações adjacentes sem danos severos às raízes. Assim, do ponto de vista técnico, a supressão se mostra necessária para permitir a correta reconstrução da calçada, garantir a segurança da via e evitar o comprometimento do muro existente. A Câmara Técnica é favorável à supressão do exemplar de *Caesalpinia pluviosa* (Sibipiruna), tendo em vista que o projeto de recuperação da calçada e do muro de contenção demanda escavação que inevitavelmente afetará a estabilidade da árvore, representando risco à segurança pública e impossibilitando a execução adequada da obra. O requerente deverá realizar o plantio de 05 (cinco) mudas de espécies nativas adequadas ao ambiente urbano, preferencialmente na própria Avenida Juscelino Kubitschek, contribuindo para recomposição da arborização local. Os membros do CODEMA deliberaram a favor do parecer da câmara técnica. O item 11 se refere ao recurso do processo nº 041374/2024 que solicita o corte de um *Licania tomentosa* (Oiti). Durante a nova vistoria, constatou-se agravamento significativo das condições estruturais da árvore, evidenciado por: lascamento profundo do tronco, resultante da quebra de galhos de grande porte ocorrida ao longo do tempo; presença de podridão na base do caule, com formação de cavidade extensa, comprometendo a estabilidade do fuste; fissuras estruturais e descontinuidades no lenho, incompatíveis com a segurança em ambiente urbano; porte elevado, impossibilitando condução adequada por poda sem causar danos adicionais à árvore ou elevar riscos. Diante da fragilidade estrutural atual, não há possibilidade técnica de recuperação segura do exemplar por meio de poda de formação ou de contenção. A manutenção da árvore no local representa risco potencial à integridade física de moradores, transeuntes e patrimônio, especialmente considerando o histórico de queda de galhos já relatado. Assim, considerando o estado fitossanitário comprometido e a necessidade de eliminação do risco, recomenda-se a supressão do exemplar, com posterior substituição por espécie adequada ao espaço urbano. A câmara técnica foi favorável ao deferimento do pedido. Será exigido o plantio de 02

